

**BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA
(SUCURSAL BRASIL)**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

**BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA
(SUCURSAL BRASILEIRA)**

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de La Nación Argentina (“Sucursal Brasil”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação, das demonstrações contábeis do Banco, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil)** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2016.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
Ativo circulante		146.969	119.887	Passivo circulante		127.167	95.979
Disponibilidades	4	8.402	3.200	Depósitos		4.100	2.116
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	15.299	31.700	Depósitos a vista		1.836	1.109
Aplicações em operações compromissadas		15.299	31.700	Depósitos a prazo		1.002	433
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	-	Depósitos em moedas estrangeiras		1.262	574
Relações interfinanceiras		265	682	Relações Interdependências		1.276	3.077
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-	Recursos em trânsito de terceiros		1.276	3.077
Depósitos no Banco Central		265	682	Obrigações por empréstimos e repasses		120.918	78.721
Operações de crédito		31.645	16.089	Empréstimos no exterior	8	120.918	78.721
Operações de crédito - setor privado		31.777	16.111	Outras obrigações		873	12.065
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(132)	(22)	Cobranças e arrecadação de tributos e assemelhados		15	1
Outros créditos		91.354	68.216	Carteira de câmbio	7	-	11.155
Carteira de câmbio	7	90.099	67.625	Fiscais e previdenciárias		70	309
Diversos		1.274	645	Diversas	9	788	600
(Provisão para outros créditos)		(19)	-54	Exigível a longo Prazo		997	1.986
Outros valores e bens		4	-	Obrigações por empréstimos e repasses		997	1.986
Despesas antecipadas		4	-	Empréstimos no exterior	8	997	1.986
Realizável a longo prazo		1.164	2.205	Outras Obrigações		1.601	1.533
Operações de crédito		1.074	2.115	Fiscais e previdenciárias		1.173	1.156
Operações de crédito - setor privado		1.079	2.116	Provisão para contingências	10	428	377
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(5)	(1)	Patrimônio líquido		34.758	39.082
Outros Créditos		90	90	Capital:			
Diversos		90	90	De domiciliados no exterior	12	40.382	40.382
Titulos de Créditos a Receber		301	301	Reserva de reavaliação		13.266	13.366
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(211)	(211)	Reserva para contingências		523	523
Ativo permanente		16.390	16.488	Lucros ou prejuízos acumulados		(19.413)	(15.189)
Investimentos		1	1	Total do passivo e do patrimônio líquido		164.523	138.580
Outros investimentos		1	1				
Imobilizado de Uso		16.389	16.487				
Imóveis de uso		24.478	24.478				
Outras imobilizações de uso		2.066	1.990				
(Depreciações acumuladas)		(10.155)	(9.981)				
Total do ativo		164.523	138.580				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em 2015	Exercicio findo em 2015	Exercicio findo em 2014
Receitas da intermediação financeira	3.260	6.905	5.767
Operações de crédito	938	1.800	857
Rendas de aplicação interfinanceiras de liquidez	1.323	2.673	2.365
Resultado de títulos e valores mobiliários	-	-	-
Resultado de câmbio	999	2.431	2.545
Despesas da intermediação financeira	(1.557)	(2.673)	(1.119)
Operações de captação no mercado	(54)	(77)	(38)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(1.156)	(2.041)	(989)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(347)	(556)	(92)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.703	4.232	4.648
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.509)	(9.001)	(6.987)
Receitas de prestação de serviços	28	209	34
Despesas de pessoal	(3.825)	(6.354)	(4.909)
Outras despesas administrativas	(1.603)	(3.086)	(2.808)
Despesas tributárias	(182)	(424)	(394)
Outras receitas operacionais	129	739	1.113
Outras despesas operacionais	(56)	(85)	(23)
Resultado operacional	(3.806)	(4.769)	(2.339)
Resultado não operacional	213	414	409
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(3.594)	(4.354)	(1.930)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-
Prejuízo do semestre/exercício	(3.594)	(4.354)	(1.930)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Reservas de reavaliação	Reservas para contingências	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2015	40.382	13.323	523	(15.883)	38.345
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(57)	-	64	7
Prejuízo do semestre	-	-	-	(3.594)	(3.594)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Varição no semestre	-	(57)	-	(3.530)	(3.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	40.382	13.366	523	(15.189)	39.082
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(100)	-	130	30
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.354)	(4.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	40.382	13.266	523	(19.413)	34.758
Varição no exercício	-	(100)	-	(4.224)	(4.324)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	40.382	13.459	523	(13.400)	40.964
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reservas de capital	-	-	-	-	-
Reservas de atualização de títulos	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	(93)	-	141	48
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.930)	(1.930)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	40.382	13.366	523	(15.189)	39.082
Varição no exercício	-	(93)	-	(1.789)	(1.882)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASIL)

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Semestre findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/15	31/12/15	31/12/14
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo ajustado	(3.136)	(3.560)	(1.589)
Prejuízo	(3.594)	(4.354)	(1.930)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	104	208	201
Reversão de reserva	7	30	48
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	347	556	92
(Aumento) diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(6.936)	(37.796)	(45.675)
Relações interfinanceiras	315	417	94
Operações créditos	(17.060)	(15.071)	(10.883)
Outros créditos	9.790	(23.138)	(34.886)
Outros valores e bens	19	(4)	-
(Aumento) diminuição nos subgrupos do passivos operacionais	10.876	30.267	54.916
Depósitos	1.491	1.984	761
Relações interfinanceiras	(16)	-	-
Relações interdependência	219	(1.801)	1.499
Obrigações por empréstimos e repasses	9.113	41.208	42.244
Outras obrigações	69	(10.747)	10.080
Provisão para contingências	-	(377)	332
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	804	(11.089)	7.652
Aquisição de imobilizado de uso	(101)	(110)	(112)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento	(101)	(110)	(112)
Aumento / (redução) das disponibilidades	703	(11.199)	7.540
Modificações em disponibilidades líquidas :			
Disponibilidades			
Início do semestre/exercício	22.998	34.900	27.360
Final do semestre/exercício	23.701	23.701	34.900
Aumento / (redução) das disponibilidades	703	(11.199)	7.540

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco de La Nación Argentina (Sucursal Brasil) tem como objetivo a prática de operações e serviços permitidos aos bancos comerciais, aos bancos de investimento e às sociedades de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, notadamente operações de fomento ao comércio exterior.

O Banco é uma sucursal do Banco de La Nación Argentina, Instituição Oficial da República Argentina, autorizada a funcionar no Brasil, de acordo com o Decreto nº 46.186, de 11 de junho de 1959.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 12 de fevereiro de 2016.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência que estabelece as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata dia”. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, determinações de provisões para Imposto de Renda e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

c. Disponibilidade

São representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira.

d. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 e regulamentação complementar em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados conforme a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

g. Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

- A atualização destas operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em “Receita” e a partir do 60º dia em “Rendas a apropriar”, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas;
- As operações em atraso classificadas como nível “H” permanece nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

- A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em conta às normas e instruções do CMN e BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h. Despesas antecipadas

Representadas basicamente por despesas de seguros.

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. Conseqüentemente são registradas no ativo, considerando o princípio da competência.

i. Ativo permanente

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo (corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995), sendo a depreciação efetuada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

O ativo diferido está representado por desenvolvimentos logiciais e gastos com instalação e adaptação de dependência que são amortizados em 5 e 10 anos, respectivamente. As regras contábeis vigentes não admitem, a partir de janeiro de 2009, o registro contábil de novas adições no diferido, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até sua efetiva baixa, conforme Carta Circular nº 3.357/08 e Resolução nº 3.617/08 do BACEN.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Nenhuma perda por impairment foi reconhecida no resultado do período.

k. Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades.

l. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações em moeda estrangeira estão registradas em valor presente, incorporando os encargos incorridos até a data do balanço e atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais - fiscais e previdenciárias são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação;
- **Obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** refere-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (impostos e contribuições). Estão reconhecidos e provisionados, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

n. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social do período é calculada com base na alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil por ano (R\$ 120 no semestre) para imposto de renda e 15% para contribuição social.

o. Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo.

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2015	2014
Disponibilidades	8.402	3.200
Aplic. Interfinanc. de Líq. (op. compromissadas)	15.299	31.700
	23.701	34.900

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estavam assim compostas:

Operações compromissadas - posição bancada	2015	2014
Até 360 dias		
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	15.300	31.700
	15.300	31.700

6. Composição da carteira de operações de crédito

a. Distribuição das operações por faixa de vencimento

Operações de crédito	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos e títulos descontados	56	70	126
Financiamentos em moeda estrangeira	31.720	1.009	32.729
Adiantamentos s/ contratos de cambio	58.704	-	58.704
Títulos de crédito a receber	-	301	301
	90.480	1.380	91.860
Provisões p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	152	216	368
Total em 31 de dezembro de 2015	90.328	1.164	91.492
Total em 31 de dezembro de 2014	69.049	2.205	71.254

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)**

b. Classificação das operações nos níveis de risco

Nível de risco	Percentual de provisão %	2015		2014	
		Total das operações	PCLD	Total das operações	PCLD
AA	-	67.144	-	68.213	-
A	0,5	21.299	106	2.868	15
B	1,0	3.087	31	-	-
D	10,0	-	-	83	8
F	50,0	-	-	-	-
G	70,00	330	231	378	265
H	100,0	-	-	-	-
		91.860	368	71.542	(288)

c. Distribuição das operações por atividade econômica

Atividade econômica	Total das operações	
	2015	2014
Setor privado:		
Indústria	80.656	60.636
Comércio	11.075	10.768
Pessoas físicas	126	138
	91.860	71.542

d. Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento das operações

	2015	2014
Parcelas a vencer		
Até 360 dias	90.193	69.125
Acima de 360 dias	301	2.417
	90.494	71.542
Parcelas vencidas		
De 01 a 90 dias	1.366	-
De 91 a 180 dias	-	-
	91.860	71.542

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa apresentou as seguintes movimentações durante nos semestres findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Saldo inicial	(288)	(544)
Constituições/(reversões)	(80)	256
Baixas p/prejuízo	-	-
Saldo final	(368)	(288)

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

7. Carteira de câmbio

	2015	2014
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	89.206	67.142
Outros	893	483
Total	90.099	67.625
Passivo		
Câmbio comprado a liquidar	-	11.155
Total	-	11.155

8. Obrigações em moeda estrangeira

Os empréstimos e captações efetuados junto a outras Filiais do Banco de la Nación Argentina no exterior, principalmente nos Estados Unidos, Panamá e Madri, em função da competitividade das taxas. Os saldos das operações no período são:

	2015	2014
Em moeda estrangeira (US\$)	114.726	75.957
Taxa de conversão do dólar	3,9042	2,6556
Em moeda estrangeira (EUR)	7.189	4.750
Taxa de conversão do euro	4,2482	3,2258
Em moeda nacional	121.915	80.707
Até 360 dias	120.918	78.721
Acima de 360 dias	997	1.986

9. Outras obrigações - diversas

	2015	2014
Provisão para pagamentos a efetuar	1.076	735
Credores diversos - país	57	57
	1.133	792

10. Contingências

O Banco, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está provisionado o montante de R\$ 287, o qual, segundo a Administração, suportada na opinião de seus assessores legais levantada em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são suficientes para fazer a face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Nas datas das demonstrações contábeis, o Banco apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas e Previdenciárias	17	17	287	185
Tributária	1.115	441	141	192
	1.132	458	428	377

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial consolidado.

O Banco tem ações de naturezas tributárias e cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possível (com base na avaliação de seus assessores legais) para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2015	2014
Cível	409	387
Tributária	16	2
	425	389

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

A demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social é a seguinte.

IRPJ e CSLL	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.354)	(1.930)
Adições	3.123	234
Provisões indedutíveis	3.123	234
Ajuste TVM	-	-
Outras adições	-	-
Exclusões	3.562	744
Outras exclusões	3.562	744
Resultado antes das compensações	4.793	2.440

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

12. Patrimônio Líquido

a. Capital social

As instituições financeiras estrangeiras devem registrar o capital estrangeiro investido e os lucros capitalizados no Banco Central do Brasil, para que possam remeter dividendos sobre esse capital ao exterior, bem como para repatriação de capital. O Banco tem investimentos registrados em capital estrangeiro no valor de US\$ 24.248 mil. O capital social do Banco de La Nación Argentina no Brasil monta R\$ 40.382 mil.

b. Reserva de reavaliação - reavaliação de imóveis.

O Banco procedeu à reavaliação de imóveis de uso no exercício de 2004, com base em laudo emitido por peritos avaliadores credenciados, aprovados pela Administração. A reavaliação foi registrada na forma requerida pela Circular BACEN nº 2.824/98. A Administração do Banco decidiu manter a reavaliação até sua realização.

13. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo resultante de operações com outras sucursais no exterior, efetuadas em condições normais de mercado, eram o seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo		
Disponibilidades em moedas estrangeiras	8.135	2.913
	<u>8.135</u>	<u>2.913</u>
Passivo		
Empréstimos no exterior	121.915	80.707
	<u>121.915</u>	<u>80.707</u>

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações do pessoal-chave da Administração são realizadas pelo Banco de La Nacion Argentina - Casa Central situada na Argentina. Dessa forma não existiram desembolsos financeiros da Sucursal Brasil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

BANCO DE LA NACIÓN ARGENTINA (SUCURSAL BRASILEIRA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

14. Limites operacionais - índices da Basileia

a. Patrimônio de referencia exigido (PRE)

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Resolução nº 4193/13 e Circular nº 3.678/13, a apuração do patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2015 é de 16,03 % (em 31 de dezembro de 2014 era de 32,07%) e o quadro a seguir demonstra a apuração do PRE pela nova forma de cálculo:

	2015	2014
PR - Patrimônio de Referência Nível 1	34.757	39.081
RWAcpad - Risco de Crédito	160.561	108.926
RWAOPAD - Risco Operacional	6.946	6.649
RWACAM - Risco de câmbio	49.264	6.299
RWA	216.771	121.875
RBAN -Risco <i>Banking</i>	34	22
Margem de patrimônio em relação ao limite	25.003	25.675

b. Limite de imobilização

Indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência - PR com o ativo permanente imobilizado. O índice para 31 de dezembro de 2015 é de 47,15% (em 31 de dezembro de 2014 era de 42,19%) e o quadro a seguir demonstra a apuração:

	2015	2014
Patrimônio de Referência - PR	34.757	39.081
Limite máximo permitido - 50%	17.379	19.541
(-) Ativo permanente	(16.390)	(16.487)
Margem	989	3.054

15. Gestão de risco

A Política do Banco de La Nación Argentina é composta de metodologias, procedimentos e instrumentos utilizados para garantir a eficiência e a eficácia dos processos internos de gerenciamento dos riscos, observando o perfil de atuação e a complexidade dos negócios do Banco.

As diretrizes seguem as regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e da Casa Central Argentina, os relatórios são divulgados Por meio do site na internet www.bnabr.com.br.

a. Risco operacional

A política de risco operacional do Banco tem como objetivo definir diretrizes para a implantação e disseminação da cultura para gestão do risco operacional, em todos os níveis do Banco, estabelecendo papéis e obrigações para cumprir os objetivos traçados pela Administração.

Em 26 de junho de 2004, foi publicado o novo acordo da Basileia (II), contendo a exigência de alocação de capital para o risco operacional, conforme a Resolução nº 3.380, emitida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), seguindo as diretrizes estabelecidas pelo CMN, em 29 de junho de 2006, teve como definição à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento de risco operacional deve prever:

- Identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração e disseminação da política de gerenciamento de risco operacional ao pessoal da Instituição, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes de risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação.

b. Risco mercado

Com o objetivo de criar uma estrutura compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços e atividades de investimento e, sendo definido como risco de mercado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha na medição e nas políticas de investimento da Instituição, esta definição inclui o risco associado à inadequação ou deficiência nos processos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição ao respeito da atuação no mercado financeiro, a Administração formalizou os parâmetros, políticas, princípios e ações a serem implementadas mediante a Resolução da Administração nº 31/2008, que instituiu a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

A Resolução indica que a Política de Administração de Ativos financeiros e Risco de Mercado será definida em conjunto pela Casa Matriz e a Administração, instruindo políticas de investimento, *funding*, e limites de colocações por ativos e instituições. Detalha também a avaliação contínua do mercado e o sistema de comunicação entre operadores e Administração.

Para o correto acompanhamento do mercado o Banco adquiriu um sistema de informação financeira para apuração do risco de carteira.

A citada Resolução define a estrutura de organização e responsabilidade.

A auditoria interna do Banco controla com periodicidade anual a estrutura e a política de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de crédito

A gestão dos riscos de crédito do Banco envolve: o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração, as condições de mercado, os perfis dos clientes, seu histórico de desempenho junto ao Banco e perspectivas econômicas.

16. Garantias prestadas

As garantias por fianças e avais prestados montam R\$ 21.298, em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 foram R\$ 10.623).

17. Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.